

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL (1930-76)

Conselho Editorial

Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)

Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)

Claudio Cezar Henriques (UERJ)

Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)

João Luiz Pereira Domingues (UFF)

João Medeiros Filho (UCL)

Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)

Leonardo Santana da Silva (UFRJ)

Lina Boff (PUC-Rio)

Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)

Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)

Michela Rosa di Candia (UFRJ)

Olavo Luppi Silva (UFABC)

Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)

Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)

Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)

Robert Segal (UFRJ)

Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)

Sandro Ornellas (UFBA)

Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Jorge Natal

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
NO BRASIL (1930-76)

Uma contribuição à crítica da “nossa”
formação social

LETRAPITAL

Copyright © Jorge Natal, 2025

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Gustavo R. F. Silva

CAPA Maria Clara Fagundes

PROJETO GRÁFICO Luiz Guimarães

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N224a

Natal, Jorge

Alimentação e nutrição no Brasil (1930-76) : uma contribuição à crítica da "nossa" formação social / Jorge Natal. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.

184 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-227-6

1. Nutrição - Brasil - História. 2. Desnutrição - Aspectos sociais - Brasil - História. 3. Política alimentar - Brasil - História. 4. Desnutrição - Política governamental - Brasil. I. Título.

CDD: 363.8560981

25-101507.0

CDU: 364.2:613.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3353-2236 / 2215-3781 / 993801465
www.letracapital.com.br

*Para minha companheira Hercilia
e meu filho Guilherme.
Aos meus pais, João e Nelia
Julho de 1982*

*Para minha filha Ana Carolina.
Aos meus netos, Arthur e Vinicius
Outubro de 2025*

*“Lendo uma entrevista do grande
Milton Santos [...],
vi com prazer que a emoção não era
só minha. Ele, a quem admiro tanto,
também tinha sido tocado pela grandeza
humana da obra de Josué de Castro,
no interior da Bahia,
pelas mãos dos mestres de um tipo
de educação que já não existe, que ensinava a pensar,
a se indignar, a construir esperanças e compromissos”*

(Orelha do livro abaixo anotado, do
professor Paulo M. Bus, Fundação Oswaldo Cruz)

*“Examinando a questão no Nordeste brasileiro,
que em sua juventude dizimava periodicamente
grandes contingentes populacionais no Sertão,
ele mostrou que a vertente naturalista,
segundo a qual esse fato se devia
às contingências do clima,
era uma explicação equivocada.
Dizia-se, então, que a fome [...] tinha como
raiz a aridez climática.
Assim, a culpa era da Natureza, isto é, de ninguém,
e não da sociedade”*

(Apresentação do livro Geografia da Fome,
do professor Milton Santos)

*“Impõem-se uma política que,
acelerando o processo de desenvolvimento,
quebrando as mais reacionárias forças
de contenção que impedem
o acesso à economia do País a grupos
e setores da nacionalidade,
venha a criar os meios indispensáveis à elevação
dos nossos padrões de alimentação”*

(Geografia da Fome, do professor Josué de Castro)

*“[...] somos é a nova Roma. Uma Roma
tardia e tropical. Brasil é já a maior
das nações neolatinas, pela magnitude
populacional, e começa a sê-lo também
por sua criatividade artística e cultural.
Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da
futura civilização, para se fazer potência econômica,
de progresso autossustentado.
Estamos nos construindo na luta para florescer
amanhã como uma nova civilização, mestiça
e tropical, orgulhosa de si mesma.
Mais alegre, porque mais sofrida.
Melhor, porque incorpora em si mais humanidade.
Mais generosa, porque aberta à convivência com
todas as raças e todas as culturas,
porque assentada na mais bela e luminosa
província da Terra”*

*(Última página do livro O povo brasileiro,
do professor Darcy Ribeiro)*

*“Vargas inaugura a tradição antirracista
e antielitista brasileira, que seria continuada
por Jango, Lula e Dilma, todos derrubados por
golpes de Estado precisamente por serem
inclusivos a antirracistas
– e não por corrupção, obviamente”*

*(Brasil dos Humilhados,
do professor Jessé de Souza)*

*“Ao vislumbrar esperanças de um novo futuro
em novas regiões em um mundo transtornado,
é nosso dever apontar para este País
e para tais possibilidades.
E por isso escrevi este livro”*

*(Brasil, país do futuro,
de Stefan Zweig)*

Esclarecimentos

O presente livro constitui versão modificada da minha dissertação de mestrado. Em necessário complemento, assinale-se que o esforço revisional empreendido visou tornar o antigo texto mais correto, bem como mais consistente – por suposto, espero ter alcançado sucesso nessa empreitada. Para esse fim, contribuíram os seguintes aspectos: a disponibilidade de tempo e a existência dos atuais recursos tecnológicos (entre outros, os editores de texto) – ambos impensáveis quando da elaboração do escrito original; a maior maturidade intelectual adquirida ao longo dos anos posteriores à defesa da referida dissertação – realizada em meados de 1982; e o fato de o aludido esforço, conquanto árduo, ter sido prazeroso na medida em que o texto em questão mereceu desde sempre meu carinho, dado conferir importância à interdisciplinaridade e à transescalaridade (que busquei valorizar ao longo do meu exercício acadêmico e profissional), bem como materializar minha primeira reflexão mais “robusta”.

Assinale-se ainda que o título constante da capa foi igualmente modificado; e.g., ele difere do existente no sistema de registro da instituição na qual foi defendido o supramencionado trabalho. Um acréscimo: essa modificação pretendeu expressar da melhor maneira possível seu “espírito”. À guisa de registro, segue seu título: *A questão alimentar-nutricional no processo político-econômico brasileiro (1930-76): um vaivém na periferia da agenda pública*.

Não obstante as anotações precedentes, também vale assinalar que a reflexão ora formatada em livro buscou manter o sentido do texto defendido junto ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE) do Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas/São Paulo (Unicamp/SP).

Por último, assinale-se que a banca examinadora foi composta pelo professor-orientador Carlos Lessa (Unicamp/SP e Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ); e pelos professores Wilson Cano (Unicamp/SP), Rosélia Piquet (Economia/UFRJ) e Marília Bernardes (Fundação Oswaldo Cruz/Rio de Janeiro).

Agradecimentos

A reflexão ora procedida, como qualquer uma desse tipo, resulta da colaboração de pessoas e instituições. Nesse caso, agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia, anotado na página anterior, dado (ele) ter sido fundamental quer para minha formação acadêmica, quer para a trajetória profissional que “abraçei”: a de professor e pesquisador universitário. Minha dívida intelectual com essa instituição e seus docentes é imensa – “impagável” mesmo. Obrigado por tudo!

Em particular, agradeço ao professor Carlos Lessa, que orientou a elaboração da apontada dissertação com extrema dedicação e competência; e, sobretudo, porque (ele) foi decisivo para o trabalho em pauta chegar a bom termo. Eterno “passivo a descoberto”!

Outrossim, agradeço às professoras Rosélia Piquet e Marília Bernardes pela consideração e sugestões de ajuste tão significativas para o texto em si e, especialmente, para o jovem (economista) que eu era àquela época. Outro importante agradecimento concerne aos amigos de uma vida: os professores Francisco L. C. Lopreato e Edson P. Guimarães (em memória), pela agradável convivência e por seus aportes para efeito do melhor equacionamento redacional de seus esboços iniciais.

Por último, de maneira especialíssima, agradeço a Hercília por seu amor, estímulo e paciência tão fundamentais para que eu conseguisse cruzar aqueles tempos, os da elaboração de dissertação que agora ganha a forma de livro.

Sumário

Introdução	15
Capítulo I	23
O PERÍODO 1880-1937: expansão industrial e crescimento urbano; massas populacionais e, em especial, trabalhadoras na cena social brasileira; e inscrição da problemática alimentar e nutricional na agenda governamental	23
I.1. O PERÍODO DE 1880-1930: avanço industrial, expansão urbana e emergência da população citadina e, em especial, da trabalhadora à cena social brasileira	23
I.2. O PERÍODO 1930-37: inquéritos sobre condições de vida da população e, em especial, das massas trabalhadoras, e intervenção estatal no mercado de trabalho	31
Capítulo II	43
O PERÍODO 1937-45: o tema ganha importância ao nível das políticas governamentais	43
II.1. Economia de guerra e alimentação	44
II.2. Complementação alimentar e disciplinarização/ cooptação da força de trabalho prioritária	51
II.3. Antropocentrismo, nacionalismo e alimentação	56
II.3.1. A pletora de estudos, bem como de políticas governamentais	57
II.3.2. A questão alimentar e nutricional, segundo os especialistas	65
II.3.3. Antropocentrismo e nacionalismo: a ambiência determinativa geral	70

Capítulo III	76
O PERÍODO 1946-70: do auge simbólico ao recesso efetivo do tema na agenda governamental	76
III. 1. O período 1946-50: o auge simbólico da questão alimentar e nutricional na agenda governamental	76
III.2. Os anos 1950: o recesso discursivo e prático da questão alimentar e nutricional na agenda governamental.....	88
III.2.1. Os registros assistencialista-educacional e de abastecimento-controle de preços: brevíssimos comentários	89
III.2.2. Análise mais “fina” dos registros anteriores	92
III.3. Os anos 1960: o desaparecimento da questão alimentar e nutricional da agenda governamental	94
Capítulo IV	97
OS ANOS 1970: o tema sai do nível discursivo e é contemplado com uma ação concreta – o Governo Federal implanta o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)	97
IV.1. A primeira metade dos anos 1970: a denúncia da subnutrição	97
IV.2. O PRONAN: o diagnóstico crítico (e os limites) do padrão de desenvolvimento	107
IV.3. O PRONAN: linhas de ação, práxis abrangentes e ratificação do diagnóstico das causas explicativas do problema alimentar e nutricional da população brasileira	113
IV.4. O PRONAN: marcos reflexivos e conceituais – uma análise sobre suas bases teórico-ideológicas	121

Últimas anotações.....	131
Bloco inicial	131
Bloco final	137
Referências bibliográficas	139
Anexos.....	148
Anexo I - Legislações	148
Anexo II – Decreto-lei nº 1.238, de 2.5.1939, dispõe sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores ...	151
Anexo III – Decreto-lei nº 2.478, de 5.8.1940, cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	153
Anexo IV – Decreto-lei nº 2.988, de janeiro de 1941, reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).	158
Anexo V – Decreto-lei nº 4.859, de 21 de outubro de 1942.....	161
Anexo VI – Capítulo I - Do Estatuto da Sociedade Brasileira de Alimentação.....	165
Anexo VII – Regulamento do Serviço Técnico da Alimentação Nacional, aprovado pelo Coordenador da Mobilização Econômica em Janeiro de 1943	166
Anexo VIII – Das finalidades do ITA.....	172
Anexo IX – Decreto-lei no 7.328 de 17 de fevereiro de 1945.....	173
Anexo X – Das finalidades do Instituto de Nutrição.....	175
Anexo XI – Portaria nº 156 de 18 de Novembro de 1943	177
Anexo XII – O QUE É O PRONAN: diretrizes e linhas de ação?.....	178

Introdução

O presente livro reconstitui a história das reflexões e políticas governamentais de alimentação e nutrição relativas à população brasileira em geral e, em particular, às massas trabalhadoras urbanas dos anos 1930-76. De pronto, diga-se que essa tarefa não foi nada fácil. As principais dificuldades encontradas foram as seguintes: a da recuperação dos documentos oficiais e não oficiais, reiterando, atinentes às reflexões e políticas governamentais do período acima; a de essa recuperação, por si só complexa, abarcar um intervalo de tempo relativamente extenso – o porquê de 1930 ser o ponto de partida e 1976 o de chegada será explicado adiante; e a de o objeto pesquisado mostrar-se ininteligível sem a consideração da ambiência histórica brasileira e, por vezes, da internacional, posto as mencionadas reflexões e políticas não serem em regra autoexplicativas.

Sobre essa última dificuldade, anote-se que ela remeteu a investigação para as chamadas mediações analíticas; quais sejam, as verificadas entre as apontadas reflexões e políticas governamentais vis-à-vis a ambiência definida, como sugerido, pela “nossa” formação social e sua inscrição na chamada escala-mundo. Enfim: esse destaque se justifica porque o mérito do presente livro – caso ele possua algum digno de nota – radica sobremaneira na busca por fazê-las da melhor maneira possível.

Para tal, no entanto, potentes obstáculos se erigiram: o de as buscadas mediações se realizarem em condições nas quais o simplismo se apresenta convidativo para tomar as manifestações como se causas fossem e/ou para aceitar o mecanicismo economicista, que considera as políticas governamentais

meros desígnios do capital (é dizer, voltadas tão somente para a redução do custo de reprodução da força de trabalho). Nesses termos, firmou-se a ideia de que seria imprescindível persegui-las de modo a não fragilizar o desenvolvimento, quiçá na sua inteireza, do presente escrito.

O ponto de partida da análise, como anotado, foi o ano de 1930. Essa “escolha” se justificou porque os primeiros registros “com o selo” de agências governamentais foram encontrados exatamente a partir desse ano. Assim sendo, impôs-se a seguinte pergunta: por que, apenas nessa nova década, uma questão referida às massas populacionais urbanas e, em particular, aos seus segmentos trabalhistas mereceu atenção (registros)? Mas antes de responder a essa pergunta, cumpre chamar atenção para o seguinte aspecto/entendimento: que seria errado metodologicamente considerá-las “parâmetros” analíticos e seguir em frente com a redação. Em suma: “recusamo-nos” a ignorar o processo que as levou a se fazerem presentes na cena urbana brasileira e, mais importante, a serem reconhecidas enquanto atores do jogo político travado naquela quadra histórica.

Foi nesses termos que a pesquisa foi remetida para a “localização” da gênese do processo de industrialização e urbanização nacionais; vale dizer, para os anos 1880-1930. Explicando: como os passos primeiros da referida emergência e reconhecimento ocorreram marcadamente em São Paulo, a investigação foi ao encontro da chamada economia mercantil primário-exportadora cafeeira (paulista), que, como reza a significativa e competente literatura existente, cumpriu papel de “parteira” do anotado processo. Mais amiúde: as massas populacionais e seus segmentos trabalhistas emergiram à cena societária brasileira e vieram a ser reconhecidos na agenda governamental enquanto atores com algum “peso” no bojo da gênese do cres-

cimento urbano e industrial verificado naquele tempo e lugar. Esse é, em resumo, o temário da Seção I.1.

Passo seguinte, dado o aludido recuo temporal, os registros atinentes à segunda conjuntura (1930-37) centrados na população brasileira e, em particular, nos trabalhadores urbanos puderam ser analisados sobre bases históricas mais seguras (portanto, de maneira não *ad hoc*). Esses registros, insistindo, tiveram como principal “sede” a cidade de São Paulo.

Adiantando: os registros em pauta apresentaram a forma de inquéritos sobre condições de vida, em linha com as pesquisas de orçamentos familiares. Suas principais conclusões foram as de que a situação social encontrada seria dramática, inclusive em termos alimentares e nutricionais, bem como determinada pelo que eles denominaram de restrições econômicas. Em que pese o que veio de destacado, esses mesmos inquéritos diziam haver outro aspecto com suposta capacidade determinativa, a saber: a ignorância dos trabalhadores acerca dos princípios básicos de alimentação e higiene.

Sublinhe-se nesse ponto que os problemas diagnosticados não lograram, apesar das aludidas conclusões, obter inscrição no âmbito da sociedade em geral e nem, tampouco, no governamental; todavia, mesmo assim “resolvemos” insistir na sua investigação. Por quê? Porque, afora os tais inquéritos atestarem a presença das referidas massas urbanas na cena brasileira e reconhecerem a dramaticidade das suas condições de vida, foram partícipes da edição das sucessivas legislações trabalhistas da chamada Era Vargas (iniciada em 1930) – cujo auge, como consta da apontada literatura, aconteceu quando da promulgação do salário-mínimo em 1940 (Wirth, 1973). Esse é, em síntese, o temário da Seção I.2.

No Capítulo II, que cobre o período 1937-45, o levantamento realizado constatou que o tema alimentar e nutricional

nal ganhou destaque ao nível das políticas governamentais; que as reflexões e as ações concretas a ele atinentes apresentaram escopo analítico mais amplo vis-à-vis o período anterior; e que o *lócus* (geográfico) foi alterado na medida em que ele transcendeu o estado de São Paulo – como indicado, o espaço privilegiado dos inquéritos realizados na conjuntura precedente.

Especificamente quanto a esse destaque, foram considerados três níveis de determinação. O primeiro, o da Economia de guerra, uma vez ela demandar abastecimento para as frentes de combate (incluindo os gêneros de primeira necessidade) e suprimento alimentar para o meio urbano brasileiro. O segundo, o da complementação alimentar e disciplinarização/cooptação da força de trabalho considerada prioritária para o desenvolvimento econômico, por conta da política de implementação de restaurantes populares pelo governo e de refeitórios pelas/nas fábricas. O entendimento dessas iniciativas, como sugerido na nomeação precedente, foi o de que elas tanto buscavam alimentar e nutrir os trabalhadores “racionalmente” quanto fazê-los assumir relações de compromisso com as suas tarefas profissionais – de outra maneira: discipliná-los e cooptá-los para efeito dos objetivos governamentais (quer os conjunturais, quer os estratégicos). O terceiro nível de determinação, uma espécie de ambiência geral à presente discussão, foi denominado de Antropocentrismo-nacionalista. Ele trazia consigo duas propostas imbricadas: a da construção do homem (eivado de problemas de saúde, subnutrido) e da nação brasileiros. De forma diversa: esses desideratos portavam o ideário de que a afirmação de uma nação civilizada requeria um homem saudável, alimentado etc., e que esse intento seria alcançado através da ação de um Estado-sujeito. Por fim, mostrou-se que essa concepção veio a desnudar outro aspecto

daquele governo; é dizer: o de que ele concebia a sociedade como (seu) objeto.

No Capítulo III, examina-se o período 1946-70. Esses aproximados 25 anos foram divididos em três conjunturas: a primeira, a do auge da problemática alimentar e nutricional na agenda governamental, ocorreu quando da presidência do marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-50); a segunda, a do seu esvaziamento nessa mesma agenda, ocorreu nos anos dos governos Getúlio (1950-54) e Juscelino (1956-61) – leia-se, na década de 1950; e, a terceira, a do seu desaparecimento (*idem*), estendeu-se do governo Jânio Quadros (1961) até o de Garrastazu Médici (1969-74) – ou seja, pelos 1960's (esses últimos quatro anos, como se explicará, foram deslocados para a periodização seguinte).

No que trata da primeira conjuntura, a do auge, o tema em análise chegou a ser contemplado como uma das quatro prioridades do governo central. A esse respeito, vide o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), lançado pelo referido Dutra. Contudo, chamou-se atenção para o fato de ele se mostrar apenas simbólico, uma vez terem sido mínimos os recursos que lhe foram “destinados”; e que essa situação seria ainda pior quando esses mesmos recursos são contrastados com os alocados para os setores de Transporte e Energia – não fosse suficiente, o SALTE foi abandonado praticamente em seu nascedouro. Já no que trata da segunda conjuntura (1950's), a do esvaziamento, defendeu-se que nela se destacaram os seguintes temas: a crise sociopolítica da Era Vargas e o crescimento econômico do governo Juscelino – que, vale enfatizar, delegou a chamada questão social às suas vicissitudes (leia-se, da economia). E na terceira (1960's), a do desaparecimento, mostrou-se que ela se explica pela ampla e complexa crise societária verificada na primeira metade dos anos 1960 (governos

Jânio Quadros e João Goulart) e pela prevalência em seus últimos cinco anos de práxis referidas ao combate da inflação, à retomada do crescimento econômico e à sua afirmação política etc. (governos do regime político-militar de 1964). E.g., os aspectos em pauta, dados seus respectivos “pesos” conjunturais, excluíram a questão alimentar e nutricional da agenda governamental.

O Capítulo IV examina o período 1970-76. Neles foram identificadas duas conjunturas: uma, a dos anos 1970-75, e, a outra, a de 1976.

Na primeira (1970-75), dois fatos mereceram destaque: a existência de número considerável de pesquisas desenvolvidas por agências de governo, secretarias de estado e universidades (e algumas poucas ações concretas) sobre as chamadas condições de vida de diversos contingentes populacionais; e o fato de os diagnósticos elaborados apontarem sua dramaticidade (problema alimentar e nutricional, dentro). Mais: elas denunciavam que esse “estado de coisas” resultava do padrão de desenvolvimento instaurado com o golpe de 1964. Por último, chamou-se atenção para o fato de essas pesquisas não lograrem reverberação nem na sociedade nem na agenda governamental.

Na segunda conjuntura, a que concerne ao ano de 1976, mostrou-se que o debate anterior reverberou na agenda em exame em vista do lançamento do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) – que, aliás, o foi com foros de projeto “mais audacioso do governo na área social”. A análise desse programa foi contemplada nas três seções restantes deste Capítulo IV.

Na primeira delas, intitulada O PRONAN: diagnóstico crítico (e os limites) do padrão de desenvolvimento, recuperou-se seu diagnóstico acerca da problemática alimentar e nutricional.

nal da população brasileira. Ele foi o seguinte: que a situação vivenciada seria causada pela baixa e concentrada renda suscitada pelo padrão de crescimento econômico e que ele teria acentuado a subnutrição e a fome; e que caberia, ao governo central, via PRONAN, corrigir o que nomearam de “imperfeições” do aludido padrão. Numa frase: o diagnóstico elaborado repetia a criticidade das elaborações examinadas na primeira metade da década dos 1970’s, bem como formulava propostas para o enfrentamento do supramencionado problema.

Na segunda seção, intitulada O PRONAN: linhas de ação, práxis abrangentes e ratificação das causas explicativas do problema alimentar e nutricional da população brasileira, constatou-se: que o programa insistia na denúncia da dramática situação vivenciada por importantes parcelas da população brasileira; que ele pretendia encerrar o longo ciclo de subnutrição e fome que atingia tantos brasileiros; que, através das suas linhas de ação, buscava compreender abrangentemente o fenômeno em questão de sorte a atuar de maneira eficaz; e, conquanto existissem constrangimentos próprios de uma era de arbítrio, que adotou veios analíticos indevidos para a discussão e o conseqüente agir sobre o supramencionado problema.

Na terceira seção, intitulada O PRONAN: marcos reflexivos e conceituais – uma análise sobre as suas bases teórico-ideológicas, duas são as questões examinadas: a primeira concerne aos marcos reflexivos e conceituais, dadas as anotadas bases teórico-ideológicas; e, a segunda, ao porquê de o governo Geisel, ao apagar das luzes de um ciclo expansivo (o do chamado milagre econômico), vir a se preocupar com as capas miseráveis urbanas e rurais brasileiras.

No que trata da primeira questão, mostrou-se que seus marcos reflexivos e conceituais, posto estarem ancorados no velho liberalismo econômico (teórica neoclássica) e político

(Estado em Abstrato), são incompatíveis com a ideia de tratamento holístico, novidadeiro e eficaz do problema brasileiro da subnutrição e da fome; e, no que trata da segunda, em notório *revival* do projeto de modernização da economia e sociedade Estado Novo varguista, dadas as tais bases teórico-ideológicas, que elas também se mostram indevidas ao minimizarem ou mesmo ignorarem a natureza autoritária Estado/governo Geisel, o proponente do PRONAN.

Nas Últimas Anotações, são recuperados aspectos centrais deste escrito e, em seguida, acrescentados outros, antes não analisados ou apenas “tangenciados” ao longo do livro. Por fim, advirta-se ao leitor e à leitora que ao seu término constam em Anexo 12 legislações consultadas no decorrer da pesquisa, e que elas podem ser de interesse dos atuais e futuros pesquisadores(as) interessados(as) em “nosso” tema-objeto.

Capítulo I

O PERÍODO 1880-1937:

expansão industrial e crescimento urbano; massas populacionais e, em especial, trabalhadoras na cena social brasileira; e inscrição da problemática alimentar e nutricional na agenda governamental

Este capítulo está estruturado em duas seções: a primeira examina a chamada economia mercantil exportadora capitalista cafeeira nacional, conforme o léxico de Cardoso de Mello (1975), posto ela ser a “parteira” da emergência das anotadas massas urbanas à cena social brasileira nos anos 1880-1930; e, a segunda, tendo em conta essa emergência, analisa os inquéritos publicados no período 1930-37 sobre suas condições de vida, uma vez eles constituírem os primeiros registros do tema-objeto deste livro na supramencionada agenda.

I.1. O PERÍODO DE 1880-1930: avanço industrial, expansão urbana e emergência da população citadina e, em especial, da trabalhadora à cena social brasileira

Um tema se colocou na agenda governamental na entrada dos anos 1930: a questão da população urbana, especialmente a do seu estrato trabalhista¹. Assim sendo, cabe explicar as

¹ Essa população e, em particular, o proletariado ingressaram na cena urbana brasileira sindical e política nos anos 1930; entretanto, fizeram-no basicamente como massa – em que pese o pertencimento de classe desse último. A esse respeito, vide o trabalho de Maria Hermínia T. de Almeida, intitulado: *Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930/1945)*, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo (USP-SP), 1978.